



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

26/11/2018 ATÉ 26/11/2018

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 CHAPADINHA SITE.....	1
	1.2 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	2
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA	3
	2.2 BLOG JOHN CUTRIM.....	4
	2.3 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	5
	2.4 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	6
	2.5 SITE G7 MARANHÃO.....	7
	2.6 SITE IMIRANTE.COM.....	8
	2.7 SITE JORNAL PEQUENO.....	9
	2.8 SITE MA 10.....	10
	2.9 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	11
	2.10 SITE O MARANHENSE.....	12
	2.11 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	13
	2.12 SITE TV GUARÁ.COM.....	14
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	15
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	16
	4.2 BLOG ATUAL 7.....	17
	4.3 BLOG DO VALDEMIR OLIVEIRA.....	18
	4.4 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	19
	4.5 BLOG MARAMAIS.....	20
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG CARLINHOS FILHO.....	21
6	ESMAM	
	6.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	22
7	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	7.1 BLOG DIEGO EMIR.....	23
8	INSTITUCIONAL	
	8.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	24 25
	8.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	26
	8.3 SITE IMIRANTE.COM.....	27
9	JUIZADOS ESPECIAIS	
	9.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	28
10	JUÍZES	
	10.1 BLOG CARLINHOS FILHO.....	29
	10.2 BLOG CELSO ALMEIDA.....	30
	10.3 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	31
	10.4 BLOG DO DE SÁ.....	32
	10.5 BLOG DO JURACI FILHO.....	33
	10.6 BLOG DO NETO FERREIRA	34
	10.7 BLOG EZEQUIEL NEVES.....	35
	10.8 BLOG GILBERTO LIMA.....	36
	10.9 BLOG INFORMATIVO ACA.....	37
	10.10 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	38
	10.11 BLOG LUÍS PABLO.....	39
	10.12 SITE IMIRANTE.COM.....	40 41
	10.13 SITE JORNAL PEQUENO.....	42
	10.14 SITE PORTAL GADITAS.....	43
11	PRECATÓRIOS	
	11.1 BLOG JM CUNHA SANTOS.....	44
	11.2 BLOG MARDEN RAMALHO.....	45
	11.3 BLOG ROSE CASTRO.....	46
	11.4 BLOG SILVIA TEREZA.....	47
	11.5 PORTAL DO MUNIM.....	48
	11.6 SITE BARRA DO CORDA.....	49
	11.7 SITE JORNAL PEQUENO.....	50
12	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	12.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	51
13	VARA CRIMINAL	
	13.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	52
	13.2 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	53
	13.3 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	54
	13.4 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	55 56 57
	13.5 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	58

13.6	BLOG GILBERTO LEDA.....	59
13.7	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	60
13.8	BLOG JEISAEI.COM.....	61
13.9	BLOG PAULO ROBERTO.....	62
13.10	BLOG ZECA SOARES.....	63
13.11	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	64
13.12	SITE JORNAL PEQUENO.....	65
13.13	SITE MA 10.....	66
14	VARA DA MULHER	
14.1	SITE GÊNERO E NÚMERO.....	67

Júri dos assassinos de Bertin prefeito de Presidente Vargas foi adiado e falta identificar o mandante

A sessão do Tribunal do Júri que vai julgar os acusados de matar o prefeito Bertin ocorrerá no próximo dia 10 de dezembro.

Atendendo aos pedidos das defesas dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (maior tempo para trabalhar a defesa, que trocou de advogado) a magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, remarcou o julgamento para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim. O pleito teve parecer favorável do Ministério Público. O júri estava marcado para esta segunda-feira, 26. A defesa do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente), pela Defensoria Pública, também solicitou adiamento do julgamento, mas a Justiça negou o pedido. Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

O CRIME - De acordo com informações do inquérito policial que apurou a ocorrência, no dia 6 de março de 2007, por volta das 22h45min, na altura do Km 193 da BR 222, em Itapecuru- Mirim, no povoado "Cigana", as vítimas Raimundo Aguiar e Pedro Albuquerque viajavam no sentido Itapecuru- Mirim-Vargem Grande, em carro conduzido pelo primeiro, quando outro carro os alcançou, forçando a parar, sob a mira de armas de fogo, tendo sido disparados dois disparos, na porta esquerda do veículo das vítimas. Em seguida, os três denunciados, todos militares, renderam as vítimas, tentando algemá-las uma à outra. O primeiro denunciado efetuou dois disparos em Bertin - um na região frontal, e outro na região mandibular -, e o segundo e o terceiro denunciados tentaram imobilizar a segunda vítima, Pedro Pote, tendo o terceiro denunciado efetuado um disparo na região mamária direita, transfixando o tórax. Depois de lutar contra o soldado Salgado, a vítima Pedro Pote conseguiu se livrar das algemas mas ao tentar fugir foi perseguido e golpeado, com estocadas de faca na cabeça. Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando na BR.

O CASO - Conforme a denúncia do MP, as investigações policiais revelaram que os denunciados executaram esses crimes a mando de terceiros - fato apurado em outros autos - que tinham interesse em se beneficiarem de esquema de corrupção existente naquele município, concluindo que os crimes ocorreram em razão do controle político do município e do uso indevido de dinheiro público. Com o assassinato do prefeito, os mandantes seriam beneficiados, pois Bertin deixaria o comando da prefeitura, permitindo que o então presidente da Câmara de Vereadores assumisse e pudesse pôr em prática um esquema de corrupção. Os três policiais acusados não obteriam qualquer benefício direto com o assassinato, mas sim os mandantes.

Após a análise da denúncia, o Judiciário de Itapecuru decidiu, diante da existência de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime, pronunciar os três executores nas penas do artigo 121, §2º, I e IV combinado com o artigo. 29, todos do Código Penal, em relação a Bertin, e nas penas do artigo 121, §2º, IV combinado com o artigo 14, II e artigo 29 do Código Penal, em relação à vítima Pedro Pote, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Júri dos acusados de matar o prefeito de Presidente Vargas é adiado

A magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2 Vara de Itapecuru Mirim, acatou pedido dos advogados dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação e intimação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (melhor trabalhar a defesa, que trocou de advogado).

O pedido de adiamento formulado pelo advogado do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente) para a sua intimação foi negado.

Com manifestações favoráveis da acusação e defesas, a juíza remarcou o julgamento para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim.

Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

Gil Cutrim é inocentado

A Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou decisão do juízo de primeira instância de São José de Ribamar e inocentou o ex-prefeito do município, Gil Cutrim (PDT), no processo que envolve a execução das obras da arquibancada coberta e área de apoio do Estádio Dário Santos, o Caldeirão do Peixe, no valor de quase R\$ 1,9 milhão.

Ele foi eleito deputado federal na eleição de outubro último.

A decisão foi tomada pela unanimidade dos desembargadores, no último dia 12, em acórdão que deu provimento ao recurso da defesa e julgou a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa como improcedente, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Barros. Ele entendeu que não houve dolo e má fé, nem dano ao erário por parte do pedetista, mas apenas o que classificou como meras irregularidades formais na contratação da Blume Engenharia Ltda, por meio de um convênio celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Segundo a promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, em 2013, quando lançou o edital para a contratação dos serviços, a gestão de Gil Cutrim, dentre outros indícios de irregularidades encontrados, teria veiculado o documento em um jornal impresso de pequena circulação e com um tamanho de fonte bastante reduzida, que só pode ser lida com o uso de uma lupa. Com isso, apenas a Blume Engenharia teria se inscrito no certame.

A empresa, inclusive, também foi acionada pelo Ministério Público, bem como seus sócio-proprietários Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida. Foram acionados e também haviam sido condenados em primeira instância André Franklin Duailibe da Costa, titular da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos (Semosp) na gestão de Gil Cutrim; e os membros da Comissão Central de Licitação (CCL) Freud Norton Moreira dos Santos, Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz.

Com a decisão da Quinta Câmara Civil do TJ/MA, porém, todos foram inocentados pelos desembargadores Ricardo Duailibe, José de Ribamar Castro e Raimundo Barros, que além de relator do processo é presidente do colegiado de magistrados.

Júri de acusados do caso Bertin é iniciado

Começou nesta segunda-feira, 26, a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (foto), conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas. Estão sendo julgados José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado.

Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”. Os crimes aconteceram em 6 de março de 2007, após uma emboscada no Povoado Cigana, em Itapecuru-Mirim.

Representando o Ministério Público atuarão os promotores de justiça Carla Mendes Pereira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Carlos Augusto Soares, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Codó; e Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

Relembre - Bertin e Pedro Albuquerque foram surpreendidos na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, por volta das 22h45 do dia 6 de março de 2007, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas.

A caminhonete conduzida por Bertin foi interceptada por outro veículo em que estavam os policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado.

Na ocasião, José Evangelista disparou duas vezes contra Bertin. Pedro Albuquerque foi imobilizado por Benedito Serrão e Raimundo Salgado e atingido por um tiro, mas sobreviveu.

Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando pela BR. Os três foram reconhecidos pelo sobrevivente.

Desembargadores reformam decisão de improbidade e inocentam Gil Cutrim

A Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou decisão do juízo de primeira instância de São José de Ribamar e inocentou o ex-prefeito do município, Gil Cutrim (PDT), no processo que envolve a execução das obras da arquibancada coberta e área de apoio do Estádio Dário Santos, o Caldeirão do Peixe, no valor de quase R\$ 1,9 milhão. Ele foi eleito deputado federal na eleição de outubro último.

A decisão foi tomada pela unanimidade dos desembargadores, no último dia 12, em acórdão que deu provimento ao recurso da defesa e julgou a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa como improcedente, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Barros. Ele entendeu que não houve dolo e má fé, nem dano ao erário por parte do pedetista, mas apenas o que classificou como meras irregularidades formais na contratação da Blume Engenharia Ltda, por meio de um convênio celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Segundo a promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, em 2013, quando lançou o edital para a contratação dos serviços, a gestão de Gil Cutrim, dentre outros indícios de irregularidades encontrados, teria veiculado o documento em um jornal impresso de pequena circulação e com um tamanho de fonte bastante reduzida, que só pode ser lida com o uso de uma lupa. Com isso, apenas a Blume Engenharia teria se inscrito no certame.

A empresa, inclusive, também foi acionada pelo Ministério Público, bem como seus sócio-proprietários Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida. Foram acionados e também haviam sido condenados em primeira instância André Franklin Duailibe da Costa, titular da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos (Semosp) na gestão de Gil Cutrim; e os membros da Comissão Central de Licitação (CCL) Freud Norton Moreira dos Santos, Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz.

Com a decisão da Quinta Câmara Civil do TJ/MA, porém, todos foram inocentados pelos desembargadores Ricardo Duailibe, José de Ribamar Castro e Raimundo Barros, que além de relator do processo é presidente do colegiado de magistrados.

Dr. Guilherme Mendonça, de Igarapé Grande, é o novo Conselheiro Estadual da OAB/MA

O advogado Dr. Guilherme é procurador de Lima Campos

O advogado de Igarapé Grande e Procurador Geral do Município de Lima Campos, Dr. Guilherme Mendonça, foi eleito ontem (23) ao título de Conselheiro Estadual da OAB/MA. O cargo será exercido na cidade de São Luís.

O referido mandato tem validade de três anos (2019/2021) e assegura, ao mesmo, o poder de representar cerca de 15 mil advogados e advogadas de todo o estado do Maranhão.

Profissionais de direito consultados pelo blog destacaram as várias atribuições do novo conselheiro, como o poder de voto para indicação de desembargador para o TJ/MA pelo quinto constitucional, e também julgamento da prestação de contas do presidente estadual. Além dessas funções, o conselheiro também decide sobre eventuais penalidades aos advogados que respondam processos ético/disciplinares junto a OAB/MA.

Igarapé Grande está honrada com o cargo de prestígio atribuído a um de seus cidadãos mais destacados.

Irmão de Luciano Genésio é condenado a 3 anos de prisão por agredir advogada

O juiz da 2ª vara de Pinheiro, Lúcio Paulo Fernandes Soares, condenou a 3 anos e 4 meses de detenção o empresário Lúcio André Silva Soares, conhecido como Lúcio Genésio, por agredir a ex-companheira Ludmila Rosa Ribeiro da Silva em Pinheiro, a 113 km de São Luís. A decisão cabe recurso.

Na sentença, o juiz decidiu pelo regime aberto por Lúcio não ser considerado reincidente e pela pena ser inferior a 4 anos. Lúcio deverá cumprir a pena em casa e poderá trabalhar ou frequentar curso no período da manhã ou da tarde.

Segundo o Ministério Público, o caso aconteceu no dia 09 de janeiro de 2016, quando Ludmila ainda estava grávida de cinco meses. Lúcio teria chegado embriagado na residência de Ludmila quando, após uma discussão, a agrediu com empurrões e tapas no rosto.

Em depoimento, a vítima também relatou que Lúcio prometeu dar uma 'surra como ela nunca levou na vida' e, em seguida, recebeu um chute na região das costelas.

Na sentença, o juiz diz que há comprovação do crime através de exame de corpo de delito e depoimentos prestados pela vítima e testemunhas durante a fase policial e judicial do processo

Com Informações de <http://www.marrapa.com> e G1

Ex-prefeito de João Lisboa é procurado pela polícia

O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito de João Lisboa, e recolhimento em uma das unidades prisionais à disposição da Justiça. Ele foi condenado por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

O delegado de Polícia Civil de João Lisboa, Diego Schiavini, diz que o mandado foi expedido há mais de 30 dias e a polícia não tem medido esforços para a prisão do ex-prefeito, considerado foragido.

“Esta decisão tem caráter criminal. O mandado de prisão é decorrente de três Ações Penais transitadas em julgado, duas da Lei de Improbidade e outra da Lei de Responsabilidade dos Prefeitos, Decreto Lei 201/67, que somam uma pena de 10 anos e 6 meses de prisão”, informou o delegado.

Balcão de Renegociação de Dívidas vai ajudar maranhenses a limparem o nome

Os maranhenses com dívidas vencidas têm uma boa oportunidade para regularizar a situação e entrar 2019 com o nome limpo. É o Balcão de Renegociação de Dívidas, entre 26 e 30 de novembro (segunda a sexta-feira), no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha.

O Balcão é promovido pelo Tribunal de Justiça e tem o apoio do Governo do Maranhão, que estará presente para ajudar na renegociação das dívidas e parcelamento de débitos.

Funciona assim: os consumidores vão até o local e se encontram com representantes das instituições e empresas com as quais têm dívidas vencidas. São bancos, empresas, órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino particular, dentre outras. E aí é feita a renegociação das dívidas.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

II Encontro Monárquico do Maranhão ocorre nesta terça-feira (27), em São Luís

O Círculo Monárquico de São Luís convida a sociedade maranhense e Estados vizinhos para o II Encontro Monárquico do Maranhão, a ser realizado na próxima terça-feira, 27 de novembro, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Teremos a honra de receber em São Luís, pela terceira vez, Sua Alteza Imperial e Real Dom Bertrand de Orleans e Bragança, vice-chefe da Casa Imperial do Brasil, bisneto da Princesa Isabel, além de grandes nomes nacionais, para debatermos sobre o ideário monárquico.

Entrada gratuita.

Informações e inscrições: www.sympla.com.br/monarquiaslz

PROGRAMAÇÃO - II Encontro Monárquico do Maranhão

8h30 - Abertura.

8h40 - "25 anos de movimento monárquico", Juvenal Arruda e José Carlos Sepúlveda.

12h - Intervalo para almoço.

14h30 - "Monarquia - restauração das raízes nacionais", Sidney Silveira.

16h30 - "O Altar e o Trono", Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

PALESTRANTES

S. A. I. R. Dom Bertrand de Orleans e Bragança - Príncipe Imperial do Brasil, segundo na linha de sucessão ao Trono e bisneto da Princesa Isabel. Graduado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco e autor do best seller *Psicose Ambientalista*;

José Carlos Sepúlveda - Assessor pessoal de Sua Alteza Dom Bertrand de Orleans e Bragança, também é analista político no blog Radar da Mídia, membro do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

Juvenal Arruda - Advogado e historiador, membro fundador e presidente do Círculo Monárquico de Fortaleza.

Sidney Silveira - Jornalista, editor, escritor, professor e estudioso da filosofia medieval, conhecido por ser um dos maiores divulgadores da escolástica no Brasil - com ênfase na obra de Santo Tomás de Aquino. É a autor do livro "Cosmogonia da Desordem" e do site "Contra Impugnantes".

Vigia é preso por estuprar criança dentro de escola no interior do Maranhão

Alan é vigia da escola.

Policiais Civis da 8ª Delegacia de Zé Doca prenderam, na manhã de sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva. A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Alan Carvalho é acusado de crime de estupro de vulnerável contra a criança F.S.S., de 9 anos. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, na cidade de Araguanã/MA, onde o estuprador é vigia e a vítima é aluna.

A ação foi coordenada pelos delegados Jader Alves e Samara Borges, com auxílio dos policiais militares cabo Josué, soldado Alencar e o inspetor Evaldo.

Do Blog do Gilberto Lima.

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão se pronuncia sobre adiamento do júri do caso Bertin

Atendendo aos pedidos das defesas dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (maior tempo para trabalhar a defesa, que trocou de advogado) a magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, remarcou o julgamento para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim.

O pleito teve parecer favorável do Ministério Público. O júri estava marcado para esta segunda-feira, 26.

A defesa do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente), pela Defensoria Pública, também solicitou adiamento do julgamento, mas a Justiça negou o pedido. Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

MAIS...

O CRIME - De acordo com informações do inquérito policial que apurou a ocorrência, no dia 6 de março de 2007, por volta das 22h45min, na altura do Km 193 da BR 222, em Itapecuru- Mirim, no povoado "Cigana", as vítimas Raimundo Aguiar e Pedro Albuquerque viajavam no sentido Itapecuru- Mirim-Vargem Grande, em carro conduzido pelo primeiro, quando outro carro os alcançou, forçando a parar, sob a mira de armas de fogo, tendo sido disparados dois disparos, na porta esquerda do veículo das vítimas. Em seguida, os três denunciados, todos militares, renderam as vítimas, tentando algemá-las uma à outra. O primeiro denunciado efetuou dois disparos em Bertin - um na região frontal, e outro na região mandibular -, e o segundo e o terceiro denunciados tentaram imobilizar a segunda vítima, Pedro Pote, tendo o terceiro denunciado efetuado um disparo na região mamária direita, transfixando o tórax. Depois de lutar contra o soldado Salgado, a vítima Pedro Pote conseguiu se livrar das algemas mas ao tentar fugir foi perseguido e golpeado, com estocadas de faca na cabeça. Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando na BR.

Juíza Mirella Freitas fala sobre adiamento do Júri Popular do caso Bertin

A juíza Mirella Cezar Freitas, titular da segunda vara da comarca de Itapecuru-Mirim, concedeu entrevista ao repórter Telmar Félix e deu mais detalhes dos motivos pelo qual adiou o júri popular do caso do assassinato de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito de Presidente Vargas (reveja).

A nova data é 10 de dezembro. Confira a entrevista na íntegra.

ÁUDIO EM <https://soundcloud.com/alpanir-mesquita/audio-2018-11-26-12-46-29-online-audio-convertercom>

Júri Popular sobre assassinato do ex-prefeito de Presidente Vargas Bertin é adiado

A juíza Mirela Freitas, titular da segunda vara da comarca de Itapecuru-Mirim, adiou o júri popular do caso Bertin que aconteceria na manhã desta segunda-feira (26) (reveja).

A magistrada aceitou pedido do advogado de defesa, Erivelton Lago, que por ser novo no caso alegou não estar a par dos autos com mais de 3 mil laudas. O júri seria realizado no plenário da câmara de vereadores de Itapecuru-Mirim, às 9h da manhã. A nova data será dia 10 de dezembro de 2018, também uma segunda-feira.

Ao contrário de julgamentos recentes realizados na câmara de vereadores, as transmissões do júri também não foram permitidas pelo juízo.

POR COMETER FRAUDE EM LICITAÇÃO, EX-PREFEITO DE JOÃO LISBOA É PROCURADO PELA POLÍCIA

O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito de João Lisboa, e recolhimento em uma das unidades prisionais à disposição da Justiça. Ele foi condenado por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

O delegado de Polícia Civil de João Lisboa, Diego Schiavini, diz que o mandado foi expedido há mais de 30 dias e a polícia não tem medido esforços para a prisão do ex-prefeito, considerado foragido.

“Esta decisão tem caráter criminal. O mandado de prisão é decorrente de três Ações Penais transitadas em julgado, duas da Lei de Improbidade e outra da Lei de Responsabilidade dos Prefeitos, Decreto Lei 201/67, que somam uma pena de 10 anos e 6 meses de prisão”, informou o delegado.

Fonte: Neto Ferreira

Julgamento dos executores do prefeito de Presidente Vargas

Atendendo aos pedidos das defesas dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (maior tempo para trabalhar a defesa, que trocou de advogado) a magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, remarcou o julgamento dos executores do então prefeito de Presidente Vargas, Manoel Aguiar, o Bertin, para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim. O pleito teve parecer favorável do Ministério Público. O júri estava marcado para esta segunda-feira, 26.

A defesa do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente), pela Defensoria Pública, também solicitou adiamento do julgamento, mas a Justiça negou o pedido. Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

O CRIME - De acordo com informações do inquérito policial que apurou a ocorrência, no dia 6 de março de 2007, por volta das 22h45min, na altura do Km 193 da BR 222, em Itapecuru- Mirim, no povoado "Cigana", as vítimas Raimundo Aguiar e Pedro Albuquerque viajavam no sentido Itapecuru- Mirim-Vargem Grande, em carro conduzido pelo primeiro, quando outro carro os alcançou, forçando a parar, sob a mira de armas de fogo, tendo sido disparados dois disparos, na porta esquerda do veículo das vítimas. Em seguida, os três denunciados, todos militares, renderam as vítimas, tentando algemá-las uma à outra. O primeiro denunciado efetuou dois disparos em Bertin - um na região frontal, e outro na região mandibular -, e o segundo e o terceiro denunciados tentaram imobilizar a segunda vítima, Pedro Pote, tendo o terceiro denunciado efetuado um disparo na região mamária direita, transfixando o tórax. Depois de lutar contra o soldado Salgado, a vítima Pedro Pote conseguiu se livrar das algemas mas ao tentar fugir foi perseguido e golpeado, com estocadas de faca na cabeça. Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando na BR.

O CASO - Conforme a denúncia do MP, as investigações policiais revelaram que os denunciados executaram esses crimes a mando de terceiros - fato apurado em outros autos - que tinham interesse em se beneficiarem de esquema de corrupção existente naquele município, concluindo que os crimes ocorreram em razão do controle político do município e do uso indevido de dinheiro público. Com o assassinato do prefeito, os mandantes seriam beneficiados, pois Bertin deixaria o comando da prefeitura, permitindo que o então presidente da Câmara de Vereadores assumisse e pudesse pôr em prática um esquema de corrupção. Os três policiais acusados não obteriam qualquer benefício direto com o assassinato, mas sim os mandantes.

Após a análise da denúncia, o Judiciário de Itapecuru decidiu, diante da existência de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime, pronunciar os três executores nas penas do artigo 121, §2º, I e IV combinado com o artigo. 29, todos do Código Penal, em relação a Bertin, e nas penas do artigo 121, §2º, IV combinado com o artigo 14, II e artigo 29 do Código Penal, em relação à vítima Pedro Pote, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri.

O post [Julgamento dos executores do prefeito de Presidente Vargas](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

Magistrados ganham reajuste mas perdem o auxílio-moradia

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux decidiu nesta segunda-feira (26) revogar o auxílio-moradia concedido a integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, das Procuradorias e dos Tribunais de Contas. A medida foi tomada após o presidente Michel Temer (MDB) sancionar o reajuste de cerca de 16% nos salários da Corte, o teto do funcionalismo público, passando de aproximadamente R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.

Na decisão, o ministro afirma que "a cessação do pagamento do auxílio-moradia só ocorra quando do implemento financeiro no contracheque do subsídio majorado pelas Leis n.º 13.752/2018 e n.º 13.753/2018".

A decisão também veda o pagamento de auxílio-moradia a integrantes dessas categorias jurídicas nos estados.

"O descumprimento desta decisão ou a adoção de qualquer medida para preterir a sua eficácia plena caracteriza, dentre outras infrações, improbidade administrativa da autoridade máxima do órgão que continuar a pagar ou que permitir o pagamento do auxílio-moradia fora dos limites previstos nesta decisão", afirma ainda a decisão de Fux.

Fux é relator das ações que questionam o auxílio-moradia dos juízes. Por força de uma liminar concedida em 2014 pelo ministro, todos os magistrados brasileiros recebem o benefício, hoje no valor de R\$ 4,3 mil, mesmo que tenham imóvel próprio na localidade em que trabalham.

O tema chegou a ser pautado para julgamento em plenário, mas depois foi retirado da pauta por Fux, que enviou o processo para conciliação sob a supervisão da Advocacia-Geral da União (AGU). A iniciativa não obteve resultado aguardava julgamento desde então.

Reajuste do STF

Em agosto deste ano, os ministros do STF decidiram incluir o reajuste de 16,38% na proposta orçamentária da Corte, que para entrar em vigor dependia na época da aprovação pelo Senado Federal. Dos 11 ministros do STF, apenas quatro foram contra a inclusão do aumento: Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Fachin e Celso de Mello.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), se posicionou contra o reajuste do STF. A primeira derrota do futuro governo no Congresso foi a votação do aumento para os ministros da Corte, no dia 7 de novembro.

"Eu falei antes da votação que é inoportuno, o momento não é esse para discutir esse assunto. O Brasil está numa situação complicadíssima, a gente não suporta mais isso aí, mas a decisão não cabe a mim. Está nas mãos do Temer. Eu, por enquanto, sou apenas o presidente eleito", declarou Bolsonaro no último dia 11.

Há uma semana, o ministro do STF Ricardo Lewandowski rejeitou um mandado de segurança impetrado pelo deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) para suspender a possibilidade de Temer sancionar o reajuste. O deputado alegava que houve vício na tramitação do texto no Congresso.

Para Lewandowski, as questões envolvendo normas regimentais do Congresso Nacional são de natureza interna do Poder Legislativo e escapam, portanto, da análise do Judiciário.

****Do Blog de Jamildo, com Estadão Conteúdo***

O post [Magistrados ganham reajuste mas perdem o auxílio-moradia](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

Des. Paulo Velten fala na TV Assembleia sobre Congresso alusivo aos 30 anos da Constituição

O desembargador Paulo Velten, do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi o entrevistado desta segunda-feira (26), do quadro "Sala de Entrevista" dentro do Portal da TV Assembleia, apresentado pelo jornalista Juraci Filho.

O magistrado falou sobre a realização do Congresso alusivo aos 30 anos da Constituição Federal, a ser promovido pela Escola Superior de Magistratura (ESMAM), no dia 28, a qual dirige.

Juízes pressionam o STF a manter auxílio-moradia mesmo com aumento salarial

Fux opina em processo e v^ãª Lula ineleg^ãvel A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que mantenha o auxílio-moradia para os juízes mesmo com o reajuste salarial de 16,4% aprovado pelo Congresso para os ministros da corte, com efeito cascata para a categoria em todo o país.

Em petição enviada na última sexta-feira (23), a entidade solicita ao ministro Luiz Fux que não revogue as liminares que concedeu em favor do pagamento do benefício a magistrados e procuradores de todo o Brasil. Para a AMB, os estados e a União têm condições de arcar com as despesas, a despeito da crise financeira que enfrentam.

A extinção do auxílio-moradia, hoje no valor de R\$ 4,3 mil por mês, faz parte do acordo fechado em agosto pelo presidente do STF, Dias Toffoli, com o presidente Michel Temer em troca do aumento salarial para a cúpula do Judiciário. Pela proposta aprovada pelos parlamentares e que aguarda a sanção de Temer para virar lei, o salário de um ministro do Supremo, teto do funcionalismo público, passará de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil.

"Nada obsta que a União e os estados tenham condições de arcar com o pagamento do auxílio-moradia e da revisão geral (reajuste) mediante remanejamento de verbas", defende a associação.

Os magistrados alegam que, mesmo com o reajuste salarial, poderão sair perdendo com o fim do auxílio-moradia, benefício sobre o qual não incide cobrança de imposto. "Não parece razoável que a concessão da revisão geral anual dos subsídios venha a impor uma redução do valor nominal ou real da remuneração atualmente recebida pelos magistrados", afirma a AMB.

Auxílio para todos

Uma decisão liminar de Luiz Fux garantiu o auxílio-moradia a todos os juízes e integrantes do Ministério Público desde 2014, inclusive aqueles que tenham residência própria na cidade onde trabalham. Estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara estima que o benefício custe R\$ 139 milhões por mês aos cofres públicos.

"Tem sido noticiado que vossa excelência (Fux) estaria na iminência de revogar a liminar que foi deferida nos presentes autos, em razão e por consequência da eventual sanção do PL (projeto de lei) destinado a recompor, ainda que parcialmente, a revisão geral anual", diz a associação.

"A AMB pede licença para se antecipar a eventual decisão desse teor, visando a reafirmar que as questões são distintas e não deveriam, no entender da AMB, estar atreladas ou condicionadas", ressalta.

Na petição a entidade pede que caso o auxílio-moradia seja extinto, os juízes não tenham "qualquer redução nominal/real da remuneração atualmente percebida" nem sejam obrigados a devolver ou a pagar impostos sobre o benefício.

Efeito-cascata

O salário de um ministro do Supremo define o teto constitucional de remuneração do serviço público. Uma nota técnica da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado aponta que o reajuste causará um impacto de pelo menos R\$ 5,3 bilhões aos cofres públicos, considerando o efeito-cascata nos salários dos juízes pelo país.

O presidente eleito Jair Bolsonaro considera o aumento inoportuno e disse que, se já estivesse no exercício do mandato, vetaria a proposta. "Não tem outro caminho no meu entender, até pela questão de dar exemplo... Eu falei antes da votação que é inoportuno, o momento não é esse para discutir esse assunto", afirmou ele em entrevista à Record.

A maioria dos ministros do STF aprovou, em 8 agosto deste ano, a inclusão do reajuste no Orçamento do ano que vem. Após a aprovação, Temer se reuniu com os ministros Dias Toffoli e Fux. Para compensar as perdas fiscais no orçamento da União, o STF se comprometeria a analisar a extinção do auxílio-moradia.

No último dia 7 o Partido Novo criou um abaixo-assinado eletrônico para pressionar Temer a vetar o aumento para os ministros do Supremo. Desde então, 2,7 milhões de pessoas já aderiram à iniciativa. O objetivo dos organizadores é atingir 3 milhões de assinaturas. Temer tem até a próxima quarta-feira (28) para vetar ou sancionar o projeto aprovado pelo Congresso.

Júri dos acusados de matar o prefeito de Presidente Vargas, o Bertin, é adiado para 10 de dezembro

A magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, acatou pedido dos advogados dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação e intimação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (melhor trabalhar a defesa, que trocou de advogado). O pedido de adiamento formulado pelo advogado do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente) para a sua intimação foi negado.

Com manifestações favoráveis da acusação e defesas, a juíza remarcou o julgamento para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim.

Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

(Informações do TJ-MA)

Ex-prefeito de João Lisboa é procurado pela polícia

O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito de João Lisboa, e recolhimento em uma das unidades prisionais à disposição da Justiça. Ele foi condenado por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

O delegado de Polícia Civil de João Lisboa, Diego Schiavini, diz que o mandado foi expedido há mais de 30 dias e a polícia não tem medido esforços para a prisão do ex-prefeito, considerado foragido.

"Esta decisão tem caráter criminal. O mandado de prisão é decorrente de três Ações Penais transitadas em julgado, duas da Lei de Improbidade e outra da Lei de Responsabilidade dos Prefeitos, Decreto Lei 201/67, que somam uma pena de 10 anos e 6 meses de prisão", informou o delegado.

Natal de Todos em São Luís terá show de luzes e Vila Encantada

O Governo do Maranhão e a Prefeitura de São Luís preparam um Natal de Todos especial para este ano, com Vila Encantada, shows, tour natalino com jardineira pelo Centro Histórico, vídeo mapping, cantatas, Sarau de Natal e muitas outras atrações. A programação começa no dia 1º e segue até o dia 23 de dezembro na Praça Pedro II e Praça Benedito Leite, e aos sábados e domingos no Parque Ambiental do Itapiracó. Já o espetáculo de luzes e cores já começou em vários pontos da região central e outras áreas da capital que estão recebendo decoração especial. A festa tem o apoio cultural da Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Para a cerimônia de abertura, que acontecerá no dia 1º de dezembro, no Palácio dos Leões, está previsto fogos de artifício, chegada do Papai Noel, show com o saxofonista Caio Mesquita e projeção de vídeo mapping com imagens das belezas e cultura do Maranhão cobrindo a fachada do Palácio.

O secretário de Estado da Cultura e Turismo, Diego Galdino, destacou o novo formato do Natal de Todos para este ano. "Ampliamos as atrações e, aproveitando o espaço histórico e de grande beleza arquitetônica da cidade, criamos uma vila cenográfica cheia de luz e magia onde as crianças e famílias poderão se divertir de forma segura", afirmou.

Espaços ganham decoração e iluminação especial

A Praça Pedro II será transformada em uma Vila Encantada, ambientada com diversos cenários que simbolizam o período natalino. As crianças poderão se divertir nas praças Soldadinho de Chumbo, Ursinhos Polares e Boneco de Neve, admirar a Casa do Papai Noel, a chuva de neve e as luzes da bola encantada. A praça e toda a área do Centro Histórico já estão recebendo decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal vão decorar fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

Árvores decoradas também vão embelezar ainda mais o cenário de pontos turísticos de grande visitação na capital, entre outros arranjos natalinos. A maior delas, de 12 metros, vai emoldurar a área externa da Catedral Metropolitana, a Igreja da Sé. A árvore será coberta de micro lâmpadas douradas e enfeites característicos como bolas, cordas e peças luminosas, entre outros. O Palácio dos Leões vai ganhar uma árvore do tipo pinheiro, de sete metros de altura.

No Espigão Costeiro, a magia do Natal será completa com outra árvore de sete metros de altura, montada em fibra de vidro. Este mesmo modelo embeleza as praças Deodoro e Pantheon. Na Praça Benedito Leite será instalada uma árvore em 3D, com efeitos luminosos em 360 graus e estrutura toda em camadas que serão preenchidas com micro lâmpadas douradas.

Atrações culturais

As atrações culturais estarão por toda parte. Em frente ao Palácio dos Leões, Tribunal de Justiça, Igreja da Sé, prédio da Sectur, Praça Benedito Leite, sempre aos fins de semana, com espetáculos teatrais, auto de natal, corais, shows musicais, personagens natalinos. No dia 8 de dezembro, por exemplo, está prevista apresentação

de pocket show da cantora Luiza Possi, em frente ao Tribunal de Justiça.

Uma das atrações de maior sucesso no ano passado, que recebeu mais de 25 mil pessoas, estará de volta. A projeção de vídeo mapping na fachada do Palácio dos Leões terá sessões diárias até o dia 6 de janeiro. O espetáculo de sons, cores e luzes promete ser uma das grandes atrações da Vila Encantada.

Já a Praça Benedito Leite, sempre aos sábados e domingos, funcionará como Praça de Alimentação, com barracas e vendas de pratos típicos e uma grande variedade gastronômica. O espaço é o mesmo onde ocorre aos domingos a Feirinha de São Luís.

Está prevista na programação, também, cantata natalina que deve reunir cerca de mil crianças da rede municipal de ensino em apresentação que encantarão o público, bem como o Sarau de Natal em uma noite com apresentações natalinas e participação da orquestra do Sesc.

"A programação e a decoração organizadas pelo Governo e Prefeitura criam um ambiente ainda mais especial no Centro Histórico de São Luís e em outros pontos da capital para que famílias e amigos se reúnam nesta grande festa que é o Natal. Tudo foi preparado com muito carinho para que todos - ludovicenses e turistas - participem desse momento de celebração", explicou o secretário municipal de Governo, Pablo Rebouças.

Passeio de jardineira

Outra novidade do Natal de Todos desse ano é o Expresso Natalino que será disponibilizado nos horários da programação, aos sábados e domingos, saindo do estacionamento da Praia Grande até a Praça Pedro II, local do evento.

O tour será feito em uma jardineira que percorrerá as ruas do Centro Histórico, com paradas em estações onde serão apresentadas atrações culturais. Além de ser um atrativo a mais, o expresso facilitará a circulação de pessoas até a Vila Encantada.

A programação do Natal de Todos será realizada também no Parque Ambiental do Itapiracó aos sábados, nos dias 8, 15 e 22 de dezembro, com shows, Papai Noel, contação de histórias, atrações circenses, teatro e muito mais.

O encerramento do Natal de Todos será realizado no dia 23, com o show do cantor Fernando de Carvalho e a peça teatral Reis do Oriente, na escadaria da Igreja da Sé.

Trânsito e segurança

O trânsito será modificado nas noites de sábado e domingo no período da festa natalina, em alguns trechos próximos à Praça Pedro II e Benedito Leite. As alterações serão divulgadas pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). A segurança também será reforçada garantindo um acesso tranquilo ao público que poderá circular em todos os pontos do evento.

São Luís Gonzaga/MA: Justiça determinou bloqueio de quase R\$ 60 mil do FPM.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA) determinou o bloqueio de quase R\$ 60 mil da conta da Prefeitura de São Luís Gonzaga do Maranhão, no interior do Estado, referente ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Segundo a decisão do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o valor corresponde a uma dívida dos precatórios judiciais devidos pelo município, que totaliza o valor sequestrado em débito.

Precatórios são requisições expedidas pelo Poder Judiciário para cobrar o pagamento de valores devidos após condenações judiciais definitivas.

O valor da dívida deve ser pagas em duas parcelas de R\$ 29.600,62, determinou o desembargador na sua decisão. O município vinha se furtando de viabilizar os descontos para saldar os débitos firmados perante a Justiça. Por tais razões, determinoo o bloqueio das contas relativas ao FPM do Município, junto ao Banco do Brasil ou em quaisquer outras contas correntes deste, à exceção daquelas utilizadas exclusivamente para administração de verbas gravadas a finalidades específicas ou convênios, de modo a viabilizar o cumprimento da determinação.

IMAGENS EM <https://valdemiroliveira8.blogspot.com/2018/11/prefeitoveaco.html>

VIGIA É PRESO POR ESTUPRAR CRIANÇA DENTRO DE ESCOLA NO INTERIOR DO MARANHÃO

Alan é vigia da escola.

Policiais Civis da 8ª Delegacia de Zé Doca prenderam, na manhã de sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva. A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Alan Carvalho é acusado de crime de estupro de vulnerável contra a criança F.S.S., de 9 anos. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, na cidade de Araganã/MA, onde o estuprador é vigia e a vítima é aluna.

A ação foi coordenada pelos delegados Jader Alves e Samara Borges, com auxílio dos policiais militares cabo Josué, soldado Alencar e o inspetor Evaldo.

NOTINHAS DA BOCA DA NOITE

Adiado

Foi adiado pela juíza Mirella Freitas, titular da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, o júri popular do caso do assassinato do ex-prefeito de Presidente Vargas Raimundo Bartolomeu Aguiar o “Bertin”. Segundo a magistrado, o advogado de um dos acusados foi constituído há apenas cinco dias, e não teve tempo o suficiente para inteirar-se do processo, que tem mais de 1 mil páginas

Preso vigia acusado de estuprar criança de 9 anos dentro de escola em Araguanã; leia a íntegra do mandado de prisão

Policiais Civis da 8ª Delegacia de Zé Doca prenderam, na manhã de sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva. A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Alan Carvalho é acusado de crime de estupro de vulnerável contra a criança F.S.S., de 9 anos. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, na cidade de Araguanã/MA, onde o estuprador é vigia e a vítima é aluna.

A ação foi coordenada pelos delegados Jader Alves e Samara Borges, com auxílio dos policiais militares cabo Josué, soldado Alencar e o inspetor Evaldo.

Gil Cutrim é inocentado

A Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou decisão do juízo de primeira instância de São José de Ribamar e inocentou o ex-prefeito do município, Gil Cutrim (PDT), no processo que envolve a execução das obras da arquibancada coberta e área de apoio do Estádio Dário Santos, o Caldeirão do Peixe, no valor de quase R\$ 1,9 milhão.

Ele foi eleito deputado federal na eleição de outubro último.

A decisão foi tomada pela unanimidade dos desembargadores, no último dia 12, em acórdão que deu provimento ao recurso da defesa e julgou a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa como improcedente, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Barros. Ele entendeu que não houve dolo e má fé, nem dano ao erário por parte do pedetista, mas apenas o que classificou como meras irregularidades formais na contratação da Blume Engenharia Ltda, por meio de um convênio celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Segundo a promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, em 2013, quando lançou o edital para a contratação dos serviços, a gestão de Gil Cutrim, dentre outros indícios de irregularidades encontrados, teria veiculado o documento em um jornal impresso de pequena circulação e com um tamanho de fonte bastante reduzida, que só pode ser lida com o uso de uma lupa. Com isso, apenas a Blume Engenharia teria se inscrito no certame.

A empresa, inclusive, também foi acionada pelo Ministério Público, bem como seus sócio-proprietários Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida. Foram acionados e também haviam sido condenados em primeira instância André Franklin Duailibe da Costa, titular da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos (Semosp) na gestão de Gil Cutrim; e os membros da Comissão Central de Licitação (CCL) Freud Norton Moreira dos Santos, Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz.

Com a decisão da Quinta Câmara Civil do TJ/MA, porém, todos foram inocentados pelos desembargadores Ricardo Duailibe, José de Ribamar Castro e Raimundo Barros, que além de relator do processo é presidente do colegiado de magistrados.

Do Atual7

O post Gil Cutrim é inocentado apareceu primeiro em Blog do Gláucio Ericeira.

Júri de acusados do caso Bertin é iniciado

Começou nesta segunda-feira, 26, a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (foto), conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas. Estão sendo julgados José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado.

Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o "Pedro Pote". Os crimes aconteceram em 6 de março de 2007, após uma emboscada no Povoado Cigana, em Itapecuru-Mirim.

Representando o Ministério Público atuarão os promotores de justiça Carla Mendes Pereira, titular da 2a Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Carlos Augusto Soares, titular da 1a Promotoria de Justiça de Codó; e Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 32a Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

Relembre - Bertin e Pedro Albuquerque foram surpreendidos na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, por volta das 22h45 do dia 6 de março de 2007, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas.

A caminhonete conduzida por Bertin foi interceptada por outro veículo em que estavam os policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado.

Na ocasião, José Evangelista disparou duas vezes contra Bertin. Pedro Albuquerque foi imobilizado por Benedito Serrão e Raimundo Salgado e atingido por um tiro, mas sobreviveu.

Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando pela BR. Os três foram reconhecidos pelo sobrevivente.

O post Júri de acusados do caso Bertin é iniciado apareceu primeiro em Blog do Gláucio Ericeira.

Preso vigia acusado de estuprar criança de 9 anos dentro de escola em Araguanã; leia a íntegra do mandado de prisão

Policiais Civis da 8ª Delegacia de Zé Doca prenderam, na manhã de sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva. A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Alan Carvalho é acusado de crime de estupro de vulnerável contra a criança F.S.S., de 9 anos. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, na cidade de Araguanã/MA, onde o estuprador é vigia e a vítima é aluna.

A ação foi coordenada pelos delegados Jader Alves e Samara Borges, com auxílio dos policiais militares cabo Josué, soldado Alencar e o inspetor Evaldo.

Justiça inicia julgamento de acusados de assassinar ex-prefeito de Presidente Vargas

Começou nesta segunda-feira, 26, a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas. Estão sendo julgados José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado.

Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o "Pedro Pote". Os crimes aconteceram em 6 de março de 2007, após uma emboscada no Povoado Cigana, em Itapecuru-Mirim.

Representando o Ministério Público atuarão os promotores de justiça Carla Mendes Pereira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Carlos Augusto Soares, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Codó; e Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

RELEMBRE O CASO

Bertin e Pedro Albuquerque foram surpreendidos na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, por volta das 22h45 do dia 6 de março de 2007, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas.

A caminhonete conduzida por Bertin foi interceptada por outro veículo em que estavam os policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado.

Na ocasião, José Evangelista disparou duas vezes contra Bertin. Pedro Albuquerque foi imobilizado por Benedito Serrão e Raimundo Salgado e atingido por um tiro, mas sobreviveu.

Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando pela BR. Os três foram reconhecidos pelo sobrevivente.

Artigo de Flávio Dino: Ajuste para fazer mais

Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feitos para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência. É o que temos feito e assim prosseguiremos.

Saiba como limpar seu nome no Balcão de Renegociação de Dívidas

Os maranhenses com dívidas vencidas têm a oportunidade de entrar 2019 com o nome limpo sem apertar tanto o orçamento. Este é objetivo do Balcão de Renegociação de Dívidas, que começa na segunda-feira (26) no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. O evento vai até a sexta-feira (30).

O local vai reunir diversos estandes de empresas e instituições públicas para renegociar as dívidas dos contribuintes que estão inadimplentes. A abertura do Balcão vai ser às 10h de segunda-feira.

O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão e tem o apoio do Governo do Estado. O Centro de Conciliação de Paço do Lumiar também participa da organização.

Como fazer

Para renegociar, os contribuintes chegam e vão até o estande ou balcão da empresa ou instituição com a qual tem dívida vencida. Ambos os lados dialogam para tentar chegar a um acordo. Esse acordo pode ser, por exemplo, o parcelamento da dívida.

“O Balcão viabiliza, de forma simples e rápida, a negociação direta entre empresas e consumidores, com boas oportunidades para os cidadãos regularizarem suas pendências financeiras”, diz o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJ, Alexandre Abreu.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Matões: inaugurada nova sede da Promotoria de Justiça

Na tarde desta quinta-feira, 22, foi inaugurada a nova sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Matões, a 464 quilômetros de São Luís. Localizado na rua Ulysses Guimarães, bairro Matadouro, o novo prédio possui aproximadamente 300 m² de área construída e conta com salas, banheiros, copa, cozinha, estacionamento. A área total da sede é de 2.000 m².

A obra faz parte do projeto de modernização da infraestrutura do Ministério Público do Maranhão. Autoridades do MPMA, Poder Judiciário, Executivo e Legislativo Municipais, Polícia Militar, além de representantes da sociedade civil estiveram presentes na solenidade.

O evento foi aberto com o hasteamento de bandeiras e contou com a participação do coral infantil da igreja católica e do grupo musical da Escola de Música de Matões. Também houve a bênção do novo prédio, feita pelo diácono Givanildo Sousa.

No evento, a promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, titular da comarca, agradeceu a todos os presentes, em especial aos servidores da Promotoria, e relembrou a sua trajetória em Matões, onde chegou em 2013. A promotora falou sobre as condições das antigas sedes do Ministério Público no Município e agradeceu à Prefeitura pela doação do terreno para a construção do novo prédio.

Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira também agradeceu ao empenho da Administração Superior do MPMA em concretizar a obra e, em especial, ao procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, que deu início a todo esse processo ainda na gestão anterior, quando ocupava o cargo de diretor-geral.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio José Sousa Bonfim, afirmou que mais do que a inauguração de um prédio, aquele momento marcava a renovação do compromisso do Ministério Público com a população de Matões em lutar por melhores condições de educação, saúde, assistência social, segurança e outros aspectos da vida em sociedade.

"Esta promotoria estará sempre de portas abertas para receber os anseios da comunidade e, certamente, dará respostas dentro do que é a sua missão institucional", afirmou o presidente da Ampem.

O deputado estadual Alexandre Almeida afirmou estar feliz por ter contribuído com recursos para a construção da Promotoria de Justiça de Matões por meio de emenda parlamentar. Segundo o deputado, o Ministério Público tem sido o instrumento de promoção de justiça a muitos cidadãos que enfrentam momentos difíceis e não sabem a quem recorrer.

"O Ministério Público tem sido a verdadeira casa do povo brasileiro. E uma casa precisa ser digna e acolher bem a quem chega", observou Alexandre Almeida.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, agradeceu o apoio dos deputados Alexandre Almeida e Rubens Pereira Júnior, que não pôde comparecer, ressaltando a missão do Ministério Público de servir a

sociedade e garantir a cidadania. "O MP é ouvidor da população, combatente dos direitos fundamentais, inimigo da corrupção e velador dos interesses sociais e dos vulneráveis", afirmou.

Luiz Gonzaga Coelho enfatizou o trabalho em superar as dificuldades econômicas para oferecer uma melhor estrutura física, de equipamentos e de pessoal a todas as Promotorias de Justiça do Maranhão. "Sedes novas e reformadas têm o objetivo principal de melhor acolher a população, proporcionando um atendimento de qualidade em defesa da cidadania", finalizou.

Também participaram da solenidade o prefeito de Matões, Ferdinando Coutinho; o presidente da Câmara Municipal, Ignácio Joaquim Carvalho; o procurador do Município, Rafael Guimarães; além dos promotores de justiça Fernando Evelim de Miranda Menezes (2ª Promotoria Especializada de Timon), Nelson Nedes Ribeiro Guimarães (1ª Promotoria Criminal de Timon), Francisco de Assis da Silva Júnior (1ª Promotoria de Justiça de Caxias), Wladimir Soares de Oliveira (Tuntum), Carlos Allan da Costa Siqueira (Passagem Franca) e Carlos Pinto de Almeida Júnior (São Francisco do Maranhão).

Câmara de Timon: Justiça determina o retorno do pagamento da verba indenizatória

Na última sexta-feira (23), o juiz da Fazenda Pública de Timon, Weliton Sousa Carvalho atendendo uma Ação de Mandado de Segurança impetrado pelos vereadores Socorro Waquim, Cláudia Regina e Raimundo da Ração contra o presidente da Câmara, vereador Uilma Resende manteve o pagamento da Verba Indenizatória aos 21 parlamentares que foi suspensa desde o mês de julho deste ano.

Confira abaixo a decisão do juiz da Fazenda Pública de Timon:

"Diante de todo o exposto e com fundamento no art.37,§§ 4º e 11 da Constituição Federal em combinação com as leis municipais 1776 de 05 de junho de 2012 e 1887 de 11 de dezembro de 2013 julgo procedente a pretensão do writ para considerar inconstitucional e ilegal o ato 003/2018 do Presidente da Câmara Municipal de Timon-MA por agredir os documentos jurídicos citados anteriormente.

Esclareça-se que formalmente a regra atacada é a que repousa no Ato 002/2018 da Presidência. No entanto o Ato 003/2018 não o revoga em essência, a rigor o ratifica, porque impõe o valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) a título de verba indenizatória, numerário menor que o autorizado pela lei municipal 1887 de 11 de dezembro de 2013.

Ressalta-se que a segurança aqui concedida estabelece o direito à verba de indenização nos moldes preconizados pelas leis municipais supracitadas (leis municipais 1776 de 05 de junho de 2012 e 1887 de 11 de dezembro de 2013) em convergência com o entendimento exposto no processo 4962/2013- TCE, decisão PL-TCE nº 61/2013.

Dentro dos termos da concessão do writ, fica o senhor Presidente da Câmara Municipal obrigado a assegurar o pagamento da verba indenizatória nos termos das leis municipais 1776 de 05 de junho de 2012 e 1887 de 11 de dezembro de 2013.

a) Intimação dos impetrantes, do impetrado e da Câmara Municipal na pessoa do seu procurador ou representante junto ao Poder Judiciário;

b) Incidência da multa prevista no art.536, §1º c/c art. 139, IV, todos do Código de Processo Civil, no valor diário de R\$ 3.000,00 (três mil reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser cobrada da Câmara Municipal;

c) Incidência de multa ao agente público responsável direto pelo cumprimento da presente decisão, senhor Presidente da Câmara Municipal, advertindo-o de que não o fazendo, incorre na incidência da multa prevista no art.536, §1º c/c art. 139, IV, todos do Código de Processo Civil, no valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), além da multa estipulada nas letras do art. 77, § 2º c/c art. 77, IV, todos do mesmo diploma legal, no valor de 20% do valor da causa.

d) Notificação do senhor Promotor de Justiça para tomar ciência da presente decisão, bem como para verificar o efetivo cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta nº 02/2018, mormente no que se refere ao processo licitatório para aquisição de combustível e veículos, matéria conexa a este writ.

e) Custas e honorários advocatícios na forma da lei (Súmulas 105 do STJ e 512 do STF)".

Ex-prefeito do Maranhão é procurado pela polícia

O ex-prefeito de João Lisboa, Francisco Alves de Holanda, é considerado foragido. O político teve prisão decretada pela 1ª Vara de Comarca de João Lisboa.

Francisco foi condenado pelos crimes de Responsabilidade e Improbidade durante sua gestão nos anos de 2001 á 2004 . O mandado de prisão foi feito há cerca de 30 dias e o ex-prefeito ainda não foi localizado pela Polícia, sendo considerado foragido.

Ex-prefeito de João Lisboa é procurado pela polícia

O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa-MA, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito de João Lisboa, e recolhimento em uma das unidades prisionais à disposição da Justiça.

O ex-prefeito foi condenado por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

O delegado de Polícia Civil de João Lisboa, Diego Schiavini, diz que o mandado foi expedido há mais de 30 dias e a polícia não tem medido esforços para a prisão do ex-prefeito, considerado

“Esta decisão tem caráter criminal. O mandado de prisão é decorrente de três Ações Penais transitadas em julgado, duas da Lei de Improbidade e outra da Lei de Responsabilidade dos Prefeitos, Decreto Lei 201/67, que somam uma pena de 10 anos e 6 meses de prisão”, informou o delegado.

Justiça inocenta Gil Cutrim em ação o qual era acusado de improbidade.

A Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Maranhão reformou decisão do juízo de primeira instância de São José de Ribamar e inocentou o ex-prefeito do município, Gil Cutrim (PDT), no processo que envolve a execução das obras da arquibancada coberta e área de apoio do Estádio Dário Santos, o Caldeirão do Peixe, no valor de quase R\$ 1,9 milhão.

Ele foi eleito deputado federal na eleição de outubro último.

A decisão foi tomada pela unanimidade dos desembargadores, no último dia 12, em acórdão que deu provimento ao recurso da defesa e julgou a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa como improcedente, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Barros. Ele entendeu que não houve dolo e má fé, nem dano ao erário por parte do pedetista, mas apenas o que classificou como meras irregularidades formais na contratação da Blume Engenharia Ltda, por meio de um convênio celebrado com a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

Segundo a promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar, em 2013, quando lançou o edital para a contratação dos serviços, a gestão de Gil Cutrim, dentre outros indícios de irregularidades encontrados, teria veiculado o documento em um jornal impresso de pequena circulação e com um tamanho de fonte bastante reduzida, que só pode ser lida com o uso de uma lupa. Com isso, apenas a Blume Engenharia teria se inscrito no certame.

A empresa, inclusive, também foi acionada pelo Ministério Público, bem como seus sócio-proprietários Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida. Foram acionados e também haviam sido condenados em primeira instância André Franklin Duailibe da Costa, titular da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos (Semosp) na gestão de Gil Cutrim; e os membros da Comissão Central de Licitação (CCL) Freud Norton Moreira dos Santos, Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz.

Com a decisão da Quinta Câmara Civil do TJ/MA, porém, todos foram inocentados pelos desembargadores Ricardo Duailibe, José de Ribamar Castro e Raimundo Barros, que além de relator do processo é presidente do colegiado de magistrados.

Do atual7

Artigo de Flávio Dino: 'Ajuste pra fazer mais'

Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feitos para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência.

É o que temos feito e assim prosseguiremos.

BRK AMBIENTAL NO BALCÃO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO TJ-MA

Só quem está devendo é que sabe o quanto é preocupante não ter como pagar suas despesas. E segundo pesquisa do Fecomércio 54,9% das famílias maranhenses estão nessa situação.

Para ajudar a reverter esse quadro, o Núcleo de Soluções de Conflitos do Tribunal de Justiça do MA promove essa semana mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, que dessa vez acontece no Pátio Norte Shopping em Paço do Lumiar, até o dia 30 de novembro. O evento reúne diversas empresas e entidades que oferecem condições especiais e orientação para quem deseja quitar suas dívidas.

A BRK Ambiental, concessionária de água e esgotamento sanitário das cidades de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, é uma integrante do Balcão. A empresa está oferecendo condições especiais para que todos aqueles que desejam renegociar seus débitos, sem adição de juros e multas, podendo contar com excelentes descontos. As condições oferecidas durante essa semana nas lojas de atendimento da BRK e em especial no Shopping Pátio Norte, local do evento, buscam trazer os consumidores inadimplentes para uma situação de adimplência e com valores que cabem no bolso dos clientes.

Mais de 10 anos do crime, começa o julgamento de policiais que mataram prefeito

No dia 06 de março de 2007, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas, foi morto pelos policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado, na BR-222, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas. Bertin estava em companhia de Pedro Albuquerque, que sobreviveu aos disparos e reconheceu os autores do crime.

Nesta nesta segunda-feira, 26, quase 12 anos após o ocorrido, finalmente foi iniciada a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Bertin. Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”.

Porém, o julgamento não chegou a acontecer por um pedido do advogado de defesa que alegou não está por dentro do caso, pois é novo no processo. A juíza Mirela Freitas aceitou o pedido e adiou o julgamento.

Artigo de Flávio Dino: 'Ajuste pra fazer mais'

novembro 26, 2018

Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feitos para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados

brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência.

É o que temos feito e assim prosseguiremos.

Em artigo, governador Flávio Dino fala dos ajustes feitos pelo Governo do Estado

Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feitos para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência. É o que temos feito e assim prosseguiremos.

Iniciado júri do Caso Bertin em Itapecuru

Começou nesta segunda-feira (25), a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas. Estão sendo julgados José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado.

Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”. Os crimes aconteceram em 6 de março de 2007, após uma emboscada no Povoado Cigana, em Itapecuru-Mirim.

Representando o Ministério Público atuarão os promotores de justiça Carla Mendes Pereira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Carlos Augusto Soares, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Codó; e Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

Relembre o caso

Bertin e Pedro Albuquerque foram surpreendidos na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, por volta das 22h45 do dia 6 de março de 2007, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas.

A caminhonete conduzida por Bertin foi interceptada por outro veículo em que estavam os policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado.

Na ocasião, José Evangelista disparou duas vezes contra Bertin. Pedro Albuquerque foi imobilizado por Benedito Serrão e Raimundo Salgado e atingido por um tiro, mas sobreviveu.

Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando pela BR. Os três foram reconhecidos pelo sobrevivente.

Share this:

INTERIOR | Mais de 250 Casais Participam de Casamentos Comunitários em Caixas e Santa Quitéria

Nas últimas semanas, diversas comarcas do interior do Estado realizaram cerimônias de casamentos comunitários, formalizando a união civil de centenas de casais. Em Santa Quitéria do Maranhão, uma edição do projeto aconteceu na última quinta-feira (22), com a participação de 192 casais.

Já em Caxias, a 3ª Vara Cível organizou duas cerimônias comunitárias no último sábado (24). O primeiro casamento aconteceu no povoado Buriti Corrente – com a participação de cinco casais, e a segunda na Assembleia de Deus de Caxias, com a união civil de mais 57 casais. Nos próximos dias, também acontecem casamentos comunitários nos municípios de São Bento, Bacurituba, Palmeirândia, São João dos Patos e Sucupira do Riachão.

O casamento comunitário em Santa Quitéria aconteceu no Ginásio Poliesportivo, presidido pelo juiz Cristiano Regis Cesar da Silva, titular da comarca. Também participaram da cerimônia, celebrando individualmente as uniões civis, os juízes Edmilson da Costa Lima (Brejo) e Claudilene Moraes de Oliveira (São Bernardo).

Em Caxias, as cerimônias foram presididas pelo juiz titular da 3ª Vara Cível, Antonio Manoel Araujo Velozo, com a presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; da titular do 3º Ofício Extrajudicial da comarca, Delfina do Carmo; e a participação do juiz Anderson Sobral na formalização dos atos de união civil dos casais.

Na ocasião, o corregedor-geral da Justiça falou aos casais sobre a importância do casamento e o papel da família, descrita na Constituição como a base da sociedade, frisando a relevância social do projeto Casamentos Comunitários na promoção da cidadania no Estado. “Hoje é um dia importante para todos vocês, quando passam a contar com o reconhecimento da união estável pelo Estado”, observou.

O juiz Antonio Manoel Araújo Velozo abriu a cerimônia com o ato de formalização da união do casal mais jovem. Os noivos José Filho (24) e Clara Mendes (24), declararam felicidade por conseguirem realizar o sonho do casamento. “Sabemos o quanto é difícil ter condições para um casamento hoje em dia, então essa oportunidade é muito importante”, avaliou a noiva.

Vestidos a caráter para a ocasião, os noivos Felipe Sousa e Tauana Quiara Chaves agradeceu a oportunidade, ressaltando a boa organização da cerimônia comunitária. “Agradecemos a todos que trabalharam neste evento que nos permitiu realizar nosso sonho”, disse o noivo.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

Em artigo, governador Flávio Dino fala dos ajustes feitos pelo Governo do Estado.

POR PORTAL DO MUNIM · 26 DE NOVEMBRO DE 2018

“Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades”, escreveu Flávio Dino.

MARANHÃO – Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300

milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feito para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência. É o que temos feito e assim prosseguiremos.

TJ-MA inicia Balcão de Renegociação de Dívidas

Começa nesta segunda-feira (26), o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha, com o ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. A iniciativa é do Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio do Governo do Estado, e seguirá até a sexta-feira (30).

Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação.

Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais. Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

“Estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços e sem atrasar a folha dos servidores”, diz Flávio Dino em artigo

Ajuste para fazer mais

Ao longo desses 4 anos de meu primeiro mandato, governei o Maranhão em meio à maior crise econômica dos últimos 100 anos no Brasil. Fruto disso, tivemos uma queda de R\$ 1,5 bilhão nos repasses federais para nosso estado. É fácil imaginar o impacto disso para as contas públicas do nosso estado.

Também herdamos da gestão anterior uma dívida junto a um banco estrangeiro, fixada em dólar, cuja cotação praticamente dobrou nesses quatro anos. Isso fez com que as parcelas do tal empréstimo, todas pagas por mim, tivessem gigantesco aumento. A parcela de janeiro de 2019 deverá chegar a aproximadamente R\$ 180 milhões. Despesa extra que vem logo em sequência do impacto do 13º salário, provocando um enorme esforço fiscal em curto período.

Merece menção o fato de que todas as dívidas com o Poder Judiciário, da gestão anterior à minha, não foram pagas, de modo que desde 2015 estou pagando os precatórios judiciais de 2012, 2013 e assim sucessivamente.

Mesmo assim, conseguimos entregar 9 grandes hospitais regionais em pleno funcionamento; construir, reformar ou reconstruir mais de 800 escolas; asfaltar 2,5 mil quilômetros de estradas e vias urbanas; e praticamente dobrar o efetivo de policiais. Ações que exigiram muita responsabilidade fiscal e que aumentaram a oferta de serviços públicos a todos os maranhenses.

Findo esse primeiro mandato, o quadro nacional segue economicamente nebuloso, sem permitir apostas consistentes em uma melhora imediata. O que se percebe, junto aos entes privados, é que aguardam definições mais claras do governo federal para novos investimentos, que venham a reativar a economia. Organismos internacionais já reduziram suas previsões para a economia no próximo ano, diante da falta de indicadores que possam sustentar algum otimismo. A verdade é que ninguém sabe como será o ano de 2019, e por isso temos que adotar medidas aqui e agora, para nos proteger da continuidade da recessão econômica nacional.

Diante dessa indefinição nacional, o Governo do Maranhão está tomando as medidas necessárias para ultrapassar mais esse período de dificuldades.

Nesta semana, editei decreto definindo cortes em áreas administrativas do governo, como aluguel de carros, diárias, viagens e telefones. Com isso, estamos cortando despesas sem afetar a qualidade dos serviços públicos que ampliamos ao longo desses quatro anos. E sem atrasar a folha dos servidores públicos, pois isso desorganizaria toda a economia do Maranhão.

Em 2015, já havíamos feito cortes, resultando naquele ano em uma economia de aproximadamente R\$ 300 milhões. E seguimos agora, pois é um dever constante de uma gestão séria manter o máximo controle possível da equação receitas e despesas.

Grandes esforços têm sido feito para que não nos percamos no mesmo caminho de grande parte dos estados brasileiros, que não resistiu à crise ao longo desses quatro anos, atrasando e parcelando salários.

Todos podem ter certeza de que o dinheiro administrado pelo Governo do Estado é um dinheiro bem aplicado para o povo do Maranhão, convertendo-se em escolas, hospitais, estradas e policiais. Bem diferente de antes, quando servia ao privilégio e enriquecimento de poucos. Infelizmente lidamos com graves problemas nacionais e com perversas heranças. Cabe-nos enfrentar esse quadro, com coragem e transparência. É o que temos feito e assim prosseguiremos.

Tribunal de Justiça do MA dá início ao Balcão de C de Dívidas

O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza a partir de hoje (26), às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar. A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão vai até a próxima sexta-feira (30).

Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação. Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

Maranhão dobra taxa de assassinatos de mulheres na década e especialistas destacam "baixa celeridade" do Judiciário no Estado

Estado é o líder de aumento na taxa de mortes a cada 100 mil habitantes entre 2006 e 2016, segundo Atlas da Violência. Ações recentes de combate à violência e educação sobre gênero podem frear índices, afirmam especialistas

Por Lola Ferreira*

Laiane estava voltando de uma festa de Carnaval na companhia de um amigo quando foi atingida por seis tiros. Domingas estava dentro da sua própria casa quando foi esfaqueada 49 vezes. Assim como Helenice, Rosângela, Antônia e várias outras mulheres, os crimes que culminaram em suas mortes têm em comum os autores, seus ex-companheiros, e o Estado em que aconteceram, o Maranhão. Dados apresentados no Atlas da Violência de 2018 mostram o Estado do Nordeste como o que registrou maior aumento percentual no número de homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes na última década analisada: 114,9% entre 2006 e 2016.

No ano de 2006, em números absolutos, o Maranhão registrou 67 casos de assassinatos de mulheres. Naquele ano, a taxa para cada 100 mil habitantes era de 2,1. Em 2016, último ano base para a produção do Atlas, foram 159 mulheres assassinadas, com 4,5 mortes/100 mil habitantes. O documento destaca que utiliza a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, que não especifica quais mortes de mulheres foram feminicídio, quando a mulher morre pela sua condição de gênero. A metodologia do Atlas da Violência, então, contabiliza as mortes por agressões e por intervenção legal, aquelas causadas por agentes públicos de segurança.

Na próxima semana, o Fórum Maranhense de Mulheres lançará a cartilha "Violência Contra a Mulher e Feminicídio no Maranhão: Uma realidade a ser superada", documento elaborado por pesquisadores da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) com o objetivo de incidir no debate sobre a violência contra as mulheres no Estado e alertar para os altos índices. O fórum é uma articulação de diferentes movimentos de mulheres do Maranhão e há 32 anos promove ações para impactar políticas públicas em torno do tema. Os dados extraídos da cartilha apontam que, exclusivamente por feminicídio, 39 mulheres já foram assassinadas de janeiro a novembro de 2018.

Uma das coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres e autoras do documento ao qual a Gênero e Número teve acesso é Neuzeli Almeida, que também coordena o NEGESF (Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família) da UEMA. Ela aponta que a questão socioeconômica interfere diretamente nos altos índices de mortes de mulheres no Estado, e destaca que, segundo sua análise, os crimes acontecem com maior frequência no interior. Mas para Almeida o principal ponto que impede o Maranhão de avançar no combate à violência contra as mulheres é, ainda, a falha do Poder Judiciário em lidar com os processos relacionados.

"O sistema de Justiça é lento e os processos julgados são poucos. Nos primeiros dois anos de efetividade da Lei Maria da Penha, só 24% dos processos de feminicídio no Estado foram julgados", afirma Almeida, que acredita

que isso é um indicativo da baixa eficácia do sistema. Os dados constam na cartilha e foram contabilizados pela organização civil Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Ainda dentro da atuação do Judiciário, a coordenadora destaca que as medidas protetivas não têm sido cumpridas: “A ação da medida protetiva ainda é muito baixa, porque tem a patrulha Maria da Penha, por exemplo, mas só com dois carros para atender toda a região metropolitana de São Luís. Isso é muito baixo. A proteção ainda não está no real, porque na maioria das vezes as mulheres têm a medida protetiva e morrem”, analisa.

A patrulha Maria da Penha foi criada no Maranhão em 2016, sob decreto, para atender casos de vítimas de violência doméstica e fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas em relação a estes casos. O texto do decreto aponta que cada uma das quatro áreas da capital e da região metropolitana deveriam ter, no mínimo, uma viatura. Em 03 de novembro, havia somente duas sendo utilizadas. Almeida analisa que uma boa política de prevenção poderia auxiliar na diminuição dos índices de morte, uma vez que as mulheres antes de serem assassinadas, “em sua maioria”, sofrem agressão física.

A impunidade e a baixa celeridade na resolução dos casos, de acordo com ela, também inibem vítimas de denunciarem as agressões que sofrem: “É um vácuo que a gente tem, as mulheres não conseguem fazer a denúncia porque sabem que não vai dar em nada”, avalia.

Maria Mary Ferreira, professora da pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA e também membro do Fórum Maranhense de Mulheres, destaca que, além do fortalecimento do Judiciário em relação aos casos de violência contra as mulheres, é cada vez mais necessário o debate sobre gênero nas escolas. É este debate que abarca os estereótipos e seus impactos, e pode ajudar na percepção, desde a infância, sobre a necessidade da equidade de gênero.

“Talvez seja o único canal para alterar substancialmente esses indicadores, o projeto de educação de gênero nas escolas. Não teria outra forma nesse momento a não ser educar a sociedade desde a sua infância com programas de formação que incluísse gênero em todos os cursos de ensino básico, médio e superior”, avalia.

Para incentivar o aumento da notificação dos casos e permitir melhor acompanhamento de crimes contra as mulheres nos últimos anos, Ferreira destaca que o Maranhão implementou nos últimos anos, com apoio da sociedade civil, políticas públicas que podem mudar esse quadro nos próximos anos, como o Departamento de Femicídio da Polícia Civil, em 2017, e duas varas da Justiça relacionadas a crimes contra as mulheres, sendo uma destas focada somente na análise do cumprimento de medidas protetivas.

Norte e Nordeste no topo

O Rio Grande do Norte teve aumento similar ao do Maranhão na taxa de mortes violentas de mulheres para cada 100 mil habitantes, com aumento da taxa de 2,6 para 5,7, ou 114,8%. Considerando o aumento dos números absolutos, que pulou 42 em 2006 para 100 em 2016, o Rio Grande do Norte teve aumento de 138,1% nos casos. No Estado também há a ação de uma patrulha Maria da Penha. O texto da lei destaca que o patrulhamento é semanal, e deve ser feitos em locais pré-determinados e casas de mulheres vítimas de violência para garantir o cumprimento das medidas.

Pará e Tocantins também são os outros Estados que figuram entre os cinco estados com maior aumento percentual da taxa. Fora do eixo Norte-Nordeste, o único Estado que figura nessa lista é o Rio Grande do Sul.

Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo foram os Estados em que a variação foi negativa, ou seja: a taxa de assassinatos de mulheres diminuiu entre 2006 e 2016.

A média de variação do Brasil foi de 6,4%, e Amapá, Distrito Federal e Santa Catarina foram os Estados que variaram positivamente abaixo dessa média.

*Lola Ferreira é jornalista e colaboradora da Gênero e Número

Justiça abre Balcão de Renegociação de Dívidas em Paço do Lumiar

Além da renegociação de dívidas, outros serviços estão sendo oferecidos.

IMIRANTE.COM / COM INFORMAÇÕES DO TJ-MA

PAÇO DO LUMIAR - Até esta sexta-feira (30), cidadãos podem negociar débitos com empresas e instituições, durante o “VI Balcão de Renegociação de Dívidas”, no Pátio Norte Shopping, localizado no município de Paço do Lumiar. A iniciativa - que ocorre das 10h às 18h - é promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com o apoio do Governo do Estado.

A ação integra o projeto ‘Consumidor Adimplente - Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJ-MA, com vistas a possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras, facilitando o diálogo e a renegociação de dívidas.

O evento foi aberto nesta segunda (26), pelo presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, que ressaltou o alcance social do projeto ao possibilitar aos cidadãos resolverem suas questões financeiras de forma simples, rápida, por meio do diálogo.

“No mundo conflituoso em que vivemos, um evento como esse é de extrema relevância, por permitir que as pessoas resolvam suas pendências de forma rápida, dialogando diretamente com empresas e instituições, e contribuindo para instaurar um sentimento de conciliação e paz social”, pontuou o magistrado, agradecendo o presidente do TJ-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, pelo apoio incondicional aos projetos desenvolvidos pelo Núcleo, e a todos os parceiros e servidores envolvidos.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, frisou que o projeto responde aos anseios da própria sociedade, que tem buscado respostas mais rápidas e efetivas aos conflitos, por meio da conciliação.

“O Balcão é uma oportunidade diferenciada em que empresas e instituições se reúnem para facilitar a negociação de dívidas junto aos cidadãos, por meio de melhores ofertas de pagamento. Sentar, conversar e negociar é um ganho social imensurável para todos os envolvidos”, frisou o magistrado.

Além de diversos parceiros, também participaram da abertura do evento o juiz diretor da Corregedoria, Marcelo Moreira; a juíza coordenadora do Centro de Conciliação de Paço do Lumiar, Joelma Sousa Santos, que também integra a equipe organizadora desta edição do Balcão; a chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda, Fátima Pereira da Silva.

PARCEIROS - Representando o Governo do Estado, a procuradora Ana Sílvia Fiquene, chefe da Procuradoria da Dívida Ativa, enfatizou a importância do Balcão. “Essa iniciativa permite que os cidadãos entrem o ano sem dívidas, com as contas devidamente pagas. Para o Estado, é muito importante também por arrecadar o que precisa. Esperamos que o Balcão traga bons resultados para todos”, frisou.

ACORDOS - Quem já compareceu à abertura do Balcão saiu satisfeito com o atendimento dispensado pelos

servidores da Justiça e pelos parceiros, e, principalmente, com as negociações feitas. Foi o caso da aposentada Maria José Ferreira, que conseguiu solucionar uma questão antiga com a companhia de abastecimento de água e esgoto, BRK ambiental, referente a três contas de água vencidas.

“Agora, estou tranquila por ter conseguido, finalmente, resolver essa questão com a companhia de água. Parcelei minha dívida em 15 vezes para conseguir pagar tudo direitinho, graças a esse evento realizado pela Justiça”, disse, após negociar uma dívida no valor de R\$ 282.

DADOS - Durante o evento, o juiz Alexandre Abreu divulgou dados oficiais das nove edições anteriores do Balcão - realizadas em São Luís e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon - que registraram a marca de 21 mil atendimentos, 41 milhões (débitos originais) e mais de R\$ 26 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 36,5%.

SERVIÇOS - Além da renegociação de dívidas, outros serviços estão sendo oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também há orientação e conscientização de direitos, com distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos para orientar o consumidor.

EMPRESAS - Empresas, banco, concessionárias de serviços públicos, instituição de ensino superior participam do evento, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Dentre as empresas e instituições, estão: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretarias Municipal e Estadual da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), Lojas Torres, além de diversas lojas instaladas no shopping.

DOCUMENTOS - Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

PLATAFORMAS - Durante o evento, o consumidor pode, ainda, propor acordos, cadastrar reclamações ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estão participando do Balcão.

Para isso, basta dirigir-se à equipe do Centro de Conciliação, em uma área reservada no shopping, que irá providenciar o cadastro dos cidadãos interessados, nas plataformas eletrônicas “mediacaodigital” e “consumidor.gov.br” - sistemas de facilitação no processo de mediação direta entre consumidores e empresas, disponibilizados respectivamente, pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução n° 125/2010 que, através da Emenda n° 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).

INFORMAÇÕES - Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

Temer sanciona reajuste para ministros do STF

Aumento foi garantido após a Suprema Corte cumprir acordo com Temer condicionando o aumento do salário à revogação do auxílio-moradia a juízes de todo o país.

BRASÍLIA - O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira (26) o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da procuradora-geral da República. O aumento foi garantido após a Suprema Corte cumprir acordo com Temer condicionando o aumento do salário à revogação do auxílio-moradia a juízes de todo o país.

Aprovados no início do mês pelo Senado, os dois projetos de lei sancionados hoje alteram o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil. A medida provoca um efeito cascata sobre os funcionários do Judiciário, abrindo caminho também para um possível aumento dos vencimentos dos parlamentares e do presidente da República.

Devido ao impacto do reajuste, o Palácio do Planalto previa que a sanção integral das leis só seria garantida se houvesse o fim do auxílio-moradia. Na decisão de hoje em que revoga liminar relativa ao pagamento, o ministro do STF Luiz Fux já mencionava a recomposição das perdas inflacionárias dos integrantes do tribunal em 16,38%, percentual previsto no projeto de lei. Interlocutores do Planalto lembram, porém, que a proposta de reajuste foi feita pelo próprio Supremo em 2016, e aprovada pelo Poder Legislativo.

Acusado de estuprar criança de 9 anos é preso em Araguañã

Segundo a polícia civil, Alan Campos de Carvalho cometeu o crime há quinze dias no interior da escola Antônio de Sousa Santos.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

25/11/2018 às 12h04

Acusado de estuprar criança de 9 anos é preso em Araguañã

ARAGUANÃ - Policiais civis prenderam, nessa sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, 42 anos, acusado de estuprar uma criança de 9 anos no município de Araguañã, interior do Estado.

De acordo com informações da polícia civil, Alan Campos de Carvalho cometeu o crime há quinze dias no interior da escola Antônio de Sousa Santos.

A prisão do acusado de estupro Alan Campos foi determinada pelo juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Ex-prefeito de João Lisboa é procurado pela polícia

Francisco Alves de Holanda foi condenado a 10 anos por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

TÁTYNA VIANA/IMIRANTE.COM

JOÃO LISBOA - O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito de João Lisboa, e recolhimento em uma das unidades prisionais à disposição da Justiça. Ele foi condenado por crimes previstos nas Leis de Responsabilidade e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

O delegado de Polícia Civil de João Lisboa, Diego Schiavini, diz que o mandado foi expedido há mais de 30 dias e a polícia não tem medido esforços para a prisão do ex-prefeito, considerado foragido.

“Esta decisão tem caráter criminal. O mandado de prisão é decorrente de três Ações Penais transitadas em julgado, duas da Lei de Licitações e uma da Lei de Responsabilidade dos Prefeitos, Decreto Lei 201/67, que somam uma pena de 10 anos e 6 meses de prisão”, informou o delegado.

Acusados da morte de Bertin vão a Júri Popular

Serão julgados hoje os militares, que segundo o MP, participaram da ação criminosa contra o prefeito de Presidente Vargas; julgamento ocorrerá na sede da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim

26/11/2018

Acusados da morte de Bertin vão a Júri Popular

O prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertin, foi assassinado em março de 2007 (Divulgação) SÃO LUÍS - Os policiais militares José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado vão ser julgados hoje (26), na Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim, pela morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o Bertin, e tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o Pedro Pote. Essa ação criminosa ocorreu no dia 6 de março de 2007, no povoado Cigana, zona rural de Itapecuru-Mirim.

O processo está sendo tramitado na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim e os acusados serão julgados pelo júri popular. De acordo com a denúncia do Ministério Público (MP), os réus praticaram o crime a mando de terceiros, que possuíam o interesse em se beneficiarem de esquema de corrupção existente no município de Presidente Vargas. O crime foi motivado em razão do controle político de Presidente Vargas e do uso indevido de dinheiro público.

O MP também denunciou que com a morte de Bertin os mandantes seriam beneficiados. Após o assassinato, o presidente da Câmara de Vereadores, nome não revelado, assumiria a gestão da cidade e colocaria em prática um esquema de corrupção. Após a análise da denúncia, o Poder Judiciário de Itapecuru decidiu, diante da existência de materialidade e indícios suficientes de autoria do crime, pronunciar os três executores para serem julgados pelo Júri Popular.

A Defensoria Pública, encarregada da defesa dos acusados, ainda propôs a conversão do julgamento em diligência e a impronúncia dos acusados por falta de indícios suficientes de autoria delitiva ou, ainda, pela desclassificação da conduta criminosa para excluir a qualificadora. Nas alegações finais, argumentou que em momento algum da instrução processual restou demonstrada ou, ao menos indicada, a possibilidade, seja mesmo remota, de qualquer recebimento de valores por parte dos acusados ou promessa futura de recompensa.

O pedido de diligência foi desconsiderado pelo Poder Judiciário, por ter sido considerado meramente protelatório. Quanto ao crime de encomenda, a Justiça citou o fato de que, além dos réus executores do crime, também foram acusadas mais seis pessoas, apontadas como mandantes, tendo o processo sido desmembrado em relação aos últimos.

Empreitada criminosa

Consta no inquérito policial e na denúncia do Ministério Público que, por volta das 22h45 do dia 6 de março de

2007, no povoado Cigana, zona rural de Itapecuru-Mirim, Bertin e Pedro Pote, que estavam em um veículo S-10 de placas HPI-4779, foram parados por outro carro, no qual estavam os criminosos.

Os criminosos trancaram a caminhonete que era conduzida por Bertin, obrigando-o a parar. Em seguida, eles mataram a tiros o prefeito com um tiro na cabeça e ainda travaram uma luta corporal com Pedro Pote, que foi esfaqueado no abdômen e na cabeça.

Balcão de Renegociação de Dívidas começa nesta segunda-feira (26) no Pátio Norte Shopping

Começa nesta segunda-feira (26), às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. É um evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio do Governo do Estado.

A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão vai até a sexta-feira (30).

Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação.

Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

Polícia prende homem acusado de estupro de criança de nove anos em Araguañã

A Polícia Civil prendeu na sexta-feira (23) o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos. Ele é acusado de estupro de uma criança de nove anos no município de Araguañã. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos.

A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Em palestra, Flávio Dino defende ampliação de políticas educacionais e escola sem censura

O governador Flávio Dino esteve, na sexta-feira (23), na cidade do Rio de Janeiro para proferir palestra sobre o cenário nacional e caminhos para superar a crise econômica e política enfrentada pelo país. O evento aconteceu na Livraria Da Vinci, no centro da cidade.

Para uma plateia de intelectuais, escritores, professores e representantes do legislativo federal, o governador defendeu a ampliação das políticas educacionais e a liberdade de ideias no ambiente escolar. “A educação, não tenho dúvidas, é a causa e a bandeira que o povo concretamente mais compreende, pois está diretamente relacionada ao combate às desigualdades sociais. Por isso defendemos uma escola sem censura, com liberdade de ideias”, afirmou.

Na visão do governador Flávio Dino, a prioridade para o Brasil deve ser a construção de uma agenda progressista e de políticas distributivas. “As conquistas sociais que tivemos, como a mitigação das desigualdades sociais, estão ocultadas no atual cenário. Precisamos reelaborar um programa em torno desse conceito, da defesa da soberania do Brasil, que é uma bandeira fundamental para o nosso desenvolvimento”, garantiu.

Para Daniel Louzada, proprietário da livraria e responsável pelo o convite ao Governador, “quando se tem ameaça a conquistas e a direitos básicos garantidos legalmente, é preciso garantir espaços que preservam a diversidade e estimulam debates”.

Defesa da democracia na ABL

Dando prosseguimento à agenda na capital fluminense, o governador Flávio Dino compôs a mesa de posse de Joaquim Falcão na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Jurista e educador, Falcão dirigiu a Fundação Roberto Marinho e foi conselheiro representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ABL, se torna o sexto ocupante da Cadeira 3, sucedendo Carlos Heitor Cony.

Em seu discurso, o novo Acadêmico defendeu as liberdades democráticas e expôs a vocação da cultura como matéria-prima da sociedade, capaz de ampliar a cidadania plena e acesso a direitos. “A democracia não funciona sem adequada infraestrutura para a livre circulação de direitos e deveres culturais. Não devemos nos entregar à outra escuridão. Aquela onde alguém escolhe por nós o que nós mesmos podemos escolher”, disse.

Júri dos acusados da morte de prefeito é remarcado para dezembro

O crime aconteceu em 6 de março de 2007, em uma emboscada no município de Itapecuru-Mirim

Foi remarcado, para o próximo dia 10 de dezembro, o Júri Popular dos acusados do assassinato do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o “Bertin”. Os réus seriam ouvidos nesta segunda-feira (26), mas os advogados de dois envolvidos solicitaram o adiamento. O crime aconteceu em 6 de março de 2007, em uma emboscada no município de Itapecuru-Mirim.

Os acusados são os policiais militares José Evangelista Duarte Santos, Raimundo Nonato Gomes Salgado e Benedito Manoel Martins Serrão. A magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, acatou o pedido dos advogados dos dois primeiros réus. A defesa de Evangelista solicitou a intimação de novas testemunhas. Já a de Raimundo alegou mais tempo para preparar os argumentos, uma vez que houve troca de advogado.

A juíza, então, decidiu remarcar o julgamento, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru-Mirim. Segundo a Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJMA), “os jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data”. Importante frisar que, além do homicídio, os réus também respondem por tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”, na mesma emboscada.

Balcão de Renegociação de Dívidas começa nesta segunda

Começa nesta segunda-feira (26), às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. É um evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio do Governo do Estado.

A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão vai até a sexta-feira (30).

Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação.

Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

Por Ascom

Adiada sessão do Tribunal do Júri de PM's acusados de matar prefeito

Foi adiado em Itapecuru-Mirim, a 108 quilômetros da capital maranhense, o júri popular dos três policiais apontados como autores do assassinato do prefeito do Município de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar - o "Bertin", e de tentativa de homicídio de Pedro Pereira de Albuquerque - o "Pedro Pote".

Balcão de Renegociação de Dívidas começa hoje em Paço do Lumiar

Começa nesta segunda-feira, 26, às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar, na Grande Ilha. O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com o apoio do Governo do Estado.

A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão segue até esta sexta-feira, 30. Os cidadãos poderão contar com estandes de diversas empresas e instituições para dialogar e tentar renegociar dívidas vencidas. Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

O que levar?

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

BRK Ambiental no Balcão de Renegociação de Dívidas do TJ-MA

Só quem está devendo é que sabe o quanto é preocupante não ter como pagar suas despesas. E segundo pesquisa do Fecomércio 54,9% das famílias maranhenses estão nessa situação.

Para ajudar a reverter esse quadro, o Núcleo de Soluções de Conflitos do Tribunal de Justiça do MA promove essa semana mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, que dessa vez acontece no Pátio Norte Shopping em Paço do Lumiar, até o dia 30 de novembro. O evento reúne diversas empresas e entidades que oferecem condições especiais e orientação para quem deseja quitar suas dívidas.

A BRK Ambiental, concessionária de água e esgotamento sanitário das cidades de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, é uma integrante do Balcão. A empresa está oferecendo condições especiais para que todos aqueles que desejam renegociar seus débitos, sem adição de juros e multas, podendo contar com excelentes descontos. As condições oferecidas durante essa semana nas lojas de atendimento da BRK e em especial no Shopping Pátio Norte, local do evento, buscam trazer os consumidores inadimplentes para uma situação de adimplência e com valores que cabem no bolso dos clientes.

Vigia é preso acusado de estuprar criança de 9 anos dentro de escola no Maranhão

Policiais Civis da 8ª Delegacia de Zé Doca prenderam, na manhã de sexta-feira (23), o vigia Alan Campos Carvalho, de 42 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva. A determinação foi do juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza Titular da 1ª Vara desta Comarca de Zé Doca.

Alan Carvalho é acusado de crime de estupro de vulnerável contra a criança F.S.S., de 9 anos. O crime ocorreu há quinze dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, na cidade de Araguanã/MA, onde o estuprador é vigia e a vítima é aluna.

A ação foi coordenada pelos delegados Jader Alves e Samara Borges, com auxílio dos policiais militares cabo Josué, soldado Alencar e o inspetor Evaldo.

Do Blog do Gilberto Lima

Casamento Comunitário reúne mais de 200 casais

O Poder Judiciário de Barreirinhas, realizou cerimônia de casamento comunitário nesta quinta-feira (22), formalizando a união civil de 210 casais. A cerimônia foi presidida pelo juiz titular da Comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira e contou com a participação do juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, da 1ª Vara de Pedreiras; do juiz da 2ª Vara de Rosário, José Augusto Sá Costa Leite e da juíza de paz Rosilene Souza Silva.

A cerimônia comunitária aconteceu na praça Matriz, no centro da cidade, e contou com presença de aproximadamente 1.300 pessoas entre noivos, convidados e a população.

A maioria dos casais inscritos no Projeto eram residentes da zona rural. No início, foram distribuídas as certidões e logo em seguida, houve sorteio de 50 prêmios, doados por empresários locais; comunidades; OAB; Câmara de Vereadores e Prefeitura de Barreirinhas.

Os noivos mais idosos, Pedro Alcântara dos Santos de 80 anos e Raimunda Souza Santos de 67, foram os primeiros a oficializarem a união estável perante o juiz José Augusto Sá Costa Leite. Logo depois, foi a vez do casal mais novo, Walison Costa Silva de 19 anos e Silvilene Silva Ferreira de 16, dizerem “sim” perante o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca.

Também esteve presente o prefeito do município, Alberico Filho, que falou sobre a importância da certidão de casamento para quem ainda não possuía: “A consagração da união, por meio deste documento, vai refletir positivamente no futuro de vocês, com a garantia dos seus direitos e mais cidadania”, disse.

O juiz titular da Comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira, disse que o Projeto Casamentos Comunitários é um passo importante promovido por meio da Corregedoria Geral da Justiça, de levar cidadania a diversas pessoas e gerando novas oportunidades de acesso a direitos. “Essas pessoas já conviviam juntas mas não tinham esse documento, por não terem condições de arcar com as custas, as taxas cartorárias e o Poder Judiciário vem facilitar esse acesso e dar a essas pessoas esta possibilidade”, frisou.

PROVIMENTO - No ano de 2013, o projeto Casamentos Comunitários foi reformulado pelo Provimento nº 10/2013, da Corregedoria, que autorizou a abertura, pelos cartórios, de um livro específico para registro de atos necessários à realização dos “Casamentos Comunitários”. Esse provimento leva em consideração o dever constitucional de facilitar a conversão da união de pessoas em casamento, especialmente de casais oriundos de comunidades carentes, sem condições de suportar as despesas cartorárias, buscando legalizar as uniões estáveis já constituídas, assim como dos que pretendem estabelecer uma relação conjugal.

Instituído em 1998, pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack, o “Casamentos Comunitários” é um projeto de cidadania, inclusão e justiça social que já uniu mais de 110 mil casais em todo o Estado do Maranhão.

Semana de baixa processual suspende atendimento no Juizado de Trânsito

O Juizado Especial de Trânsito de São Luís vai suspender o atendimento ao público no período de 26 a 30 de novembro. A suspensão, objeto Ofício assinado pelo juiz Wilson Manoel de Freitas Filho e enviado à Corregedoria Geral da Justiça, é motivada pela realização da Semana de Baixas Processuais, marcada para acontecer na unidade judicial no período citado. Conforme o documento, a Semana tem base legal no Provimento 10/2018, da Corregedoria Geral da Justiça.

Diz o Ofício: “Considerando o disposto em Provimento da Corregedoria Geral de Justiça, que institui a Semana de Baixas Processuais, sob a forma de mutirão, com o objetivo de agilização dos arquivamentos e baixa do acervo processual (...) Decretar a suspensão do atendimento ao público e dos prazos processuais durante o período de 26 a 30 de novembro de 2018, sem prejuízo da realização das audiências já designadas”.

SOBRE O PROVIMENTO - O Provimento 10/2018 institui a Semana de Baixas Processuais e dá outras providências. “Instituir a Semana de Baixas Processuais, a ser realizada na segunda semana dos meses de junho e novembro de cada ano em todas as unidades do Poder Judiciário de 1o grau, constituída de mutirões para fins de baixa processual, devendo cada unidade informar o número de processos baixados ao final de cada dia de trabalho”, destaca o documento da CGJ.

E segue: “Ficam os juízes autorizados a procederem, mediante portaria, à suspensão do atendimento ao público e dos prazos processuais durante a Semana de Baixas Processuais em todas unidades judiciárias de primeiro grau, juizados especiais e turmas recursais, sem prejuízo da prática dos atos urgentes (...) Participarão dos mutirões de baixa processual todos os servidores das unidades judiciárias, sob a supervisão dos juízes titulares, auxiliares ou substitutos das Varas/Comarcas (...) Aos Secretários Judiciais e servidores, que procedam, em regime de mutirão, à análise de todos os processos julgados e não baixados, com o objetivo de arquivamento definitivo dos processos transitados em julgado”.

CONCILIAÇÃO | Cidadãos poderão negociar dívidas em evento promovido pelo TJMA

Cidadãos poderão negociar pendências financeiras com empresas e instituições, durante o "Balcão de Renegociação de Dívidas", no período de 26 a 30 de novembro, no Pátio Norte Shopping (município de Paço do Lumiar). A abertura do evento acontecerá na segunda-feira (26), às 10h.

A iniciativa - organizada pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça e pela coordenadora do Centro de Conciliação de Paço do Lumiar, juíza Joelma Santos - possibilita o encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras, com vistas a oportunizar o diálogo entre as partes na tentativa de uma renegociação de dívidas, de um acordo.

O coordenador do Núcleo de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, ressalta o alcance social do projeto. "O Balcão viabiliza, de forma simples e rápida, a negociação direta entre empresas e consumidores, com boas oportunidades para os cidadãos regularizarem suas pendências financeiras", frisou o magistrado.

SERVIÇOS - Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

EMPRESAS - O evento conta com o apoio do Governo do Estado. Bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino superior, já confirmaram presença, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Dentre as empresas e instituições, estão: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF, Lojas Torres.

DOCUMENTOS - Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

PLATAFORMAS - O consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações, propor acordos ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão. Para isso, bastará o interessado fazer seu cadastro nas plataformas eletrônicas "mediacaodigital" e "consumidor.gov.br" - sistemas de facilitação no processo de mediação direta entre consumidores e empresas, disponibilizados respectivamente, pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução n° 125/2010 que, através da Emenda n° 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).

INFORMAÇÕES - Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

Tribunal de Justiça do MA dá início ao Balcão de Renegociação de Dívidas

O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza a partir de hoje (26), às 10h, o Balcão de Renegociação de Dívidas no Pátio Norte Shopping, em Paço do Lumiar. A ideia é ajudar os maranhenses com dívidas vencidas a limpar o nome. O Balcão vai até a próxima sexta-feira (30).

Haverá estandes de várias empresas e instituições. O consumidor com dívida vencida com alguma delas pode ir até o local e dialogar para tentar fazer a renegociação. Estarão presentes bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos e instituições de ensino superior, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Entre elas, estão Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, IESF e Lojas Torres.

Os consumidores devem levar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos, etc).

O Balcão do Tribunal de Justiça também vai oferecer outros serviços, como consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda.

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.